COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO

CNPJ 61.585.220/0001-19

Secretaria de Agricultura e Abastecimento de SP

CODASP

GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Agricultura e Abastecimento

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem do Presidente

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, a Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo – CODASP apresenta-lhes o Relatório da Administração referente ao exercício de 2017, com os principais destaques do ano, especialmente sobre seus desempenhos operacional e financeiro. A CODASP, em 2017, construiu os alicerces para equalizar seu equilíbrio econômico-financeiro e encerrou o ano com um legado de solidez e crescimento. Foi um ano de superação em que se fez necessário provar a capacidade de estabilidade operacional e credibilidade financeira. E é este o objetivo: uma CODASP mais produtiva, eficiente e que persiste em aperfeiçoar seu desempenho. Restou comprovado que a Companhia se sustenta por competências técnicas e tecnológicas próprias e pela capacidade de ofertar amplo portfólio voltado à conservação dos recursos renováveis. Um ano desafiador, em que a CODASP passou a ser dependente do Tesouro do Estado e nos adequamos, de forma louvável, a utilizar os sistemas fazendários conciliados com as rotinas antes desenvolvidas pela Companhia. Ano este, repleto de ações marcantes: reestruturação organizacional que resultou na adequação do quadro de empregados, a venda dos equipamentos pertencentes ao extinto Programa Pró-Estrada e a criação da área comercial. Importa mencionar os avanços ocorridos na governança corporativa com a implantação das áreas de Auditoria Interna e Conformidade, Gestão de Risco e Controle Interno, ambas atuando em função da prestação de contas, transparência dos atos e conformidade e legalidade das ações. A junção de todas as ações administrativas e operacionais culminou para que as demonstrações de resultados registrassem resultado positivo após seis anos. A CODASP demonstra, por mais um ano, a importância de seu auxílio em prol das politicas públicas do Estado. Adicionalmente, reforçamos que as próximas ações permanecerão voltadas ao aperfeiçoamento da governança corporativa e na geração de valor ao nosso negócio. Vale mencionar que para alcançarmos os objetivos da Companhia foi de extrema importância a continuidade do apoio fornecido pelo Governo do Estado de São Paulo, pelo Secretário de Agricultura e Abastecimento e pelo SINDBAST. Finalizo esta mensagem destacando os serviços de qualidade ofertados pela Companhia e a influência destes para o desenvolvimento do agronegócio paulista.

Alexandre Penteado Pires - Diretor-Presidente em Exercício

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em reais)

ATIVO	N.E.	2017	2016
Ativo Circulante		**24.944.097**	**11.119.261**
Caixa e equivalente de caixa	4	1.969.288	6.195.973
Aplicações financeiras	5	15.195.874	62
Clientes	6	3.509.312	3.223.047
Impostos a recuperar	7	528.130	283.885
Estoques	8	971.628	522.694
Créditos de funcionários		305.885	881.573
Outras contas a receber	9	2.463.980	12.027
Ativo Não Circulante		**37.171.316**	**45.564.874**
Realizável à longo prazo		6.359.384	8.459.328
Clientes	6	6.014.224	8.295.573
Depósitos judiciais	10	345.160	163.755
Investimentos	11	840	58.353
Propriedades para investimentos	11	26.549.221	26.549.221
Imobilizado	12	4.252.169	10.478.731
Intangível	12	9.703	19.241
Total do Ativo		**62.115.413**	**56.684.135**

PASSIVO	N.E.	2017	2016
Passivo Circulante		11.961.822	11.321.803
Fornecedores	13	3.744.457	1.633.434
Obrigações trabalhistas	14	3.222.653	4.379.527
Impostos e contribuições a recolher	15	4.538.129	4.039.773
Outras contas a pagar	16	456.583	1.269.069
Passivo Não Circulante		**44.439.405**	**37.325.097**
Outras contas a pagar à longo prazo		970.385	-
Parcelamento impostos à longo prazo	17	1.214.774	1.505.881
Provisão para contingências	18	42.254.246	35.819.216
Total do Passivo		**56.401.228**	**48.646.900**
Patrimônio Líquido	**19**	**5.714.186**	**8.037.235**
Capital social		107.183.520	107.183.520
Reservas de capital		-	-
Recursos para aumento de capital		22.295	22.295
Reserva especial - Decreto 332/91		786.721	786.721
Prejuízos acumulados		(128.675.068)	(126.352.018)
Ajustes de avaliação patrimonial		26.396.717	26.396.717
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**62.115.413**	**56.684.135**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (em reais)

	Capital social	Recursos para aumento de capital	Recurso especial decreto nº 332/91	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	**100.588.320**	**2.825.295**	**786.721**	**26.396.717**	**(114.475.602)**	**16.121.451**
Recursos para aumento de Capital	-	3.792.200	-	-	-	3.792.200
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(17.490.820)	(17.490.819)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	**100.588.320**	**6.617.495**	**786.721**	**26.396.717**	**(131.966.422)**	**2.422.832**
Aumento de capital social	6.595.200	-	-	-	-	6.595.200
Recursos para aumento de capital	-	(6.595.200)	-	-	-	(6.595.200)
Ajustes exercícios anteriores	-	-	-	-	14.792.115	14.792.116
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(9.177.712)	(9.177.712)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**107.183.520**	**22.295**	**786.721**	**26.396.717**	**(126.352.019)**	**8.037.235**
Ajustes exercícios anteriores	-	-	-	-	(2.374.919)	(2.374.919)
Lucro do exercício	-	-	-	-	51.870	51.870
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	**107.183.520**	**22.295**	**786.721**	**26.396.717**	**(128.675.068)**	**5.714.186**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados (em reais)

	N.E.	2017	2016
Receita operacional líquida	20	21.714.779	39.391.402
Custos dos serviços prestados	21	(34.964.077)	(45.151.978)
Lucro (prejuízo) operacional bruto		(13.249.297)	(5.760.576)
Despesas administrativas	22	(30.997.696)	(33.316.152)
Outras receitas operacionais	23	45.830.796	30.022.542
Resultado operacional antes das despesas e receitas financeiras		1.583.803	(9.054.186)
Receitas (despesas) financeiras	24	38.466	(123.527)
Resultado antes do IRPJ e CSSL		1.622.269	(9.177.712)
IRPJ	25	(1.148.352)	-
CSSL	25	(422.047)	-
Resultado líquido do exercicio		51.870	(9.177.712)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto (em reais)

	2017	2016
Fluxo de Caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	51.870	(9.177.712)
Ajuste de exercícios anteriores	(2.374.919)	-
Depreciações e amortizações	(9.068.374)	3.821.671
Provisão para perdas de créditos	1.252.162	7.107.224
Provisão para férias e encargos sociais	(1.122.000)	302.663
Ganho na venda de ativo imobilizado	-	-
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	6.435.030	(1.268.934)
Outros ajustes no resultado	-	-
a) Total	**(4.826.231)**	**784.912**
(Aumento) Redução dos Ativos Circulante e Não circulante		
Clientes	742.922	9.985.660
Impostos a recuperar	(244.245)	(150.882)
Estoques	(448.934)	51.071
Créditos de funcionários	575.688	(598.666)
Outras contas a receber	(2.451.953)	516.621
Depósitos judiciais	(181.405)	161.306
Investimentos	57.514	-
(Aumento) Redução dos Passivos Circulante e não circulante		
Fornecedores	2.111.023	(13.661.255)
Obrigações trabalhistas	(34.875)	(851.726)
Obrigações tributárias	498.357	2.561.868
Parcelamento de impostos	(291.107)	-
Outras contas a pagar	157.899	340.380
b) Total	**490.884**	**(1.645.623)**
(A+B) Caixa Líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	**(4.335.348)**	**(860.711)**
Fluxo de Caixa das atividades de Investimento		
Adições de Imobilizado e Intangível	(5.027.955)	(17.166)
Baixas de Imobilizado e Intangível	20.332.429	-
C) Caixa Líquido gerado nas atividades de Investimento	**15.304.474**	**(17.166)**
Recebimentos para aumento de capital	-	-
(a+b+c) Aumento (redução) do capital circulante líquido	**10.969.127**	**(877.877)**
Saldo Inicial caixa	6.196.035	7.073.912
Saldo Final caixa	17.165.162	6.196.035
	10.969.127	**(877.877)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - CODASP é uma empresa de economia mista, dependente do Tesouro do Estado e vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Tem por objetivo operar em consignação, por conta própria ou por intermédio de terceiros, em atividades de motomecanização, transporte de máquinas e equipamentos, obras, edificações, serviços de engenharia e infraestrutura, voltados à conservação do solo e da água; à irrigação; à agricultura; à silvicultura; à agropecuária; ao agronegócio e ao desenvolvimento sustentado e conservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis, como também em atividades que implementem a política do Governo do Estado de São Paulo e, ainda, celebrar convênios para atingir as metas dos programas instituídos pelo Chefe do Poder Executivo, relacionados com as atividades da Companhia. Visando o desenvolvimento das atividades, a CODASP recebe subvenções econômicas do Governo do Estado de São Paulo para custeio de despesas correntes e despesas com pessoal.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07 e nº 11.941/09. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3. PRINCÍPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **Recebíveis**: Esses ativos abrangem caixa e equivalentes, contas a receber e outros créditos. São mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. **Caixa e equivalentes de caixa**: Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo. **Aplicações Financeiras**: Abrangem aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. **(i) Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, contas a pagar, e outras contas a pagar. **b. Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, acompanhando as taxas normais classificadas por lei fiscal. **Levantamento físico de ativos**: Anualmente é realizado o inventário físico dos ativos, quando é verificada a localidade e estado do bem. Com base nas informações levantadas, foram feitos cruzamentos com a base de dados do sistema, realizando-se transferências para as bases certas a fim de termos, preliminarmente, a realidade física dos bens. **c. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, não excedendo o valor de mercado. Os estoques são compostos por materiais de consumo, representados por peças para manutenção de veículos, máquinas e implementos, combustíveis, lubrificantes e, material de limpeza e escritório. **d. Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **e. Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. **f. Receita operacional:** A receita operacional da prestação de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. As subvenções recebidas do Governo do Estado de São Paulo para custeio são reconhecidas no momento de seu recebimento, por se tratarem de subvenções incondicionais de custeio, vinculadas às ações em andamento de Reestruturação da Companhia, as quais estão sendo integralmente cumpridas no curso de suas atividades. **g. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros diversos. **h. Imposto de renda e contribuição social:** A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o excedente de R$ 240mil, no caso do IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável, no caso da CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **i. Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **j. Demonstração do resultado abrangente:** Resultado abrangente é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não são derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários. A demonstração dos resultados abrangentes não está sendo apresentada, pois não ocorreram movimentações de outros resultados abrangentes no período corrente de 31 de dezembro de 2017 e no período comparativo de 31 de dezembro de 2016.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Caixa	72.881	86.376
Bancos	1.896.407	6.109.597
	1.969.288	**6.195.973**

Os saldos de caixa e depósitos bancários compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis. A redução das contas de caixa e equivalentes de caixa se deu em virtude do aumento da rubrica aplicações financeiras (nota n°5), considerando que a Administração tem adotado a aplicação automática da maior parte do recurso disponível.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2017	2016
Aplicações Financeiras	15.195.874	62
	15.195.874	**62**

As aplicações financeiras referem-se a cotas de fundo de investimento junto ao Banco do Brasil com rendimento de 9,93% ao ano e a investimentos realizados na corretora do Sistema SIAFEM – Sistema de Administração Financeira de Estados e Municípios, administrado pela Secretaria da Fazenda, conforme determinado pelo Decreto 60.244 de 14 de março de 2014.

6. CLIENTES

	2017	2016
Circulante		
Clientes (a)	1.819.146	3.139.049
Consórcios Pró-Estrada (b)	1.706.150	-
Locações a receber	48.968	69.203
Serviços executados a faturar	58.755	138.502
(-) PCLD	(123.707)	(123.707)
	3.509.312	**3.223.047**
	2017	**2016**
Não circulante		
Clientes (a)	2.235.359	2.296.074
Consórcios Pró-Estrada (b)	13.636.983	14.557.937
Precatórios a receber (c)	5.951.980	5.999.499
(-) PCLD (d)	(15.810.098)	(14.557.937)
	6.014.224	**8.295.573**

(a) Cerca de 56% (R$ 1.024.562) do saldo de R$1.819.146 classificado no "ativo circulante", refere-se a contas a receber junto à Secretaria de Agricultura e Abastecimento. No ativo "não circulante", o valor de R$ 2.106.182, que representa mais de 94% do total da rubrica é composto por faturas em aberto junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), cuja probabilidade de recebimento é duvidosa. Dessa forma a Companhia optou por provisionar 100% deste saldo. **(b)** O saldo de R$1.706.150 classificado no "ativo circulante" é substancialmente composto por títulos negociados para recebimento a curto prazo decorrentes de contratos diversos. No ativo "não circulante", o montante de R$ 13.574.739 referem-se a títulos cuja probabilidade de recebimento é duvidosa e integralmente provisionados como crédito de liquidação duvidosa. Adicionalmente, temos o montante de R$ 62.244 relativos a títulos acordados para recebimento a longo prazo, ambos oriundos de contratos de locação de equipamentos firmados com Consórcios ou Prefeituras. **(c)** Referem-se a precatórios a receber, principalmente junto à prefeituras, os quais já estão transitados em julgado e com ofícios requisitórios. Em 2017 foi recebido R$ 47.519 a título de precatórios. **(d)** A rubrica é constituída da seguinte forma: Consórcios Pró-Estrada R$ 13.574.739; INCRA 2.106.182; Outros R$ 129.177.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2017	2016
IRRF a recuperar	112.969	40.548
IRPJ a recuperar	-	-
CSLL a recuperar	86.114	87.447
PIS/PASEP a recuperar	70.703	27.694
COFINS a recuperar	258.344	127.818
INSS a recuperar	-	378
	528.130	**283.885**

Os saldos de impostos e contribuições a recuperar compreendem os montantes desembolsados a título de antecipações de impostos e contribuições e/ou retidos de clientes, efetuados de acordo com a legislação fiscal vigente.

8. ESTOQUES

	2017	2016
Bauru	349.151	163.749
Campinas	249.913	183.090
Gerência de Manutenção	-	13.035
Presidente Prudente	109.380	34.412
São José do Rio Preto	194.140	103.666
São Paulo	69.045	24.742
	971.628	**522.694**

O aumento na rubrica de estoques está substancialmente vinculado às aquisições para estoque mínimo para melhor atendimento às demandas da Companhia, que tiveram um aumento substancial no 2º semestre de 2017. Em 31 de dezembro de 2017, a Administração não identificou a existência de itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que poderiam ser objeto de constituição de provisões.

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Aproximadamente 99,88% (R$ 2.460.971) da rubrica refere-se à venda da ativos para recebimento parcelado, a serem liquidados integralmente no exercício de 2018.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A rubrica é composta por recursos depositados em juízo para interposição de reclamações de natureza trabalhistas e cíveis e demais atualizações monetárias dos valores em discussão. Referidos montantes encontram-se integralmente provisionados na rubrica "Provisão para contingências", conforme descrito na nota explicativa nº16, em 31 de dezembro de 2017.

11. INVESTIMENTOS E PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Investimentos: O saldo registrado refere-se a participações societárias minoritárias em outras empresas de economia mista, tais como: CEAGESP, DERSA, PRODESP, FEPASA, TELESP, IMESP, TELERJ, CIA TELEFONES BRASIL, TELEBRAS, entre outras. No exercício corrente, considerando a ausência de liquidez dos mesmos, e considerando que seus valores atualizados são inferiores aos valores originais, a diferença foi provisionada como perda para investimentos. A seguir, demonstramos a composição da rubrica em 31 de dezembro de 2017:

INVESTIMENTO	VALOR	PROVISÃO	LÍQUIDO
CEAGESP	2.381	(2.376)	5
DERSA	2.372	(2.372)	-
PRODESP	2.378	(2.313)	65
FEPASA	27.130	(27.130)	-
TELESP	12.303	(12.303)	-
IMESP - IMPRENSA OFICIAL	2.391	(1.621)	770
TELERJ	2.749	(2.749)	-
CIA TELEFONES BRASIL	2.482	(2.482)	-
TELEBRÁS	4.167	(4.167)	-
TOTAL INVESTIDO	**58.353**	**(57.514)**	**840**

Continua

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO

CNPJ 61.585.220/0001-19

Secretaria de Agricultura e Abastecimento de SP

CODASP

GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO – Secretaria de Agricultura e Abastecimento

NOTAS EXPLICATIVAS (Valores expressos em reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Propriedades para investimentos: O saldo registrado no montante de R$ 26.549.211, refere-se à contabilização do valor justo dos seus imóveis não operacionais. Referido saldo foi registrado em 31 de dezembro de 2014, baseado em laudos emitidos pela Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS no exercício de 2013. Para o exercício corrente não foi possível a contratação de empresa especializada para emissão dos laudos de avaliação a mercado.

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

(a) Composição dos saldos

		2017			2016
	Vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	-	1.428.479	-	1.428.479	1.428.479
Edifícios	20	1.909.697	(1.866.042)	43.655	27.363
Tratores e implementos	10	32.911.830	(31.950.008)	961.822	6.124.637
Móveis e utensílios	10	902.328	(722.487)	179.841	237.152
Veículos	5	13.484.916	(12.484.348)	1.000.568	1.751.426
Máquinas e equipamentos	10	607.107	(488.292)	118.815	151.696
Instalações	10	170.965	(136.900)	34.065	62.304
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	841.642	(802.702)	38.940	65.016
Computadores e periféricos	5	777.573	(713.320)	64.253	91.244
Tratores - Pró Estrada	10	7.155.626	(7.155.626)	0	-
Benfeiitorias em imóveis próprios	10	1.576.829	(1.195.099)	381.731	539.414
Software	5	394.286	(384.583)	9.703	19.241
Marcas e patentes	5	130.762	(130.762)	-	-
Total Geral		**62.292.040**	**(58.030.168)**	**4.261.871**	**10.497.972**

(b) Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Ajuste de Inventário	Saldo em 31/12/2017
Terrenos	1.428.480	-	-	-	1.428.479
Edifícios	1.909.697	-	-	-	1.909.697
Tratores e implementos	37.165.787	2.970.902	(7.224.859)	-	32.911.830
Móveis e utensílios	932.418	2.400	(32.490)	-	902.328
Veículos	13.969.689	25.000	(509.774)	-	13.484.916
Máquinas e equipamentos	613.834	299	(7.026)	-	607.107
Instalações	172.967	-	(2.003)	-	170.965
Benfeitorias em imóveis de terceiros	841.642	-	-	-	841.642
Computadores e periféricos	969.413	58.568	(250.408)	-	777.573
Tratores - Pró Estrada	17.489.743	1.970.786	(12.304.903)	-	7.155.626
Benfeiitorias em imóveis próprios	1.576.829	-	-	-	1.576.829
Software	395.253	-	(1.267)	-	394.286
Marcas e patentes	130.762	-	-	-	130.762
Total Geral	**77.596.514**	**5.027.955**	**(20.332.730)**	**-**	**62.292.040**

(c) Movimentação da depreciação

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Terrenos	-	-		-
Edifícios	(1.882.333)	-	16.291	(1.866.042)
Tratores e implementos	(31.041.150)	(908.858)		(31.950.008)
Móveis e utensílios	(695.266)	(27.221)		(722.487)
Veículos	(12.218.264)	(266.084)		(12.484.348)
Máquinas e equipamentos	(462.138)	(26.154)		(488.292)
Instalações	(110.663)	(26.237)		(136.900)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(776.626)	(26.076)		(802.702)
Computadores e periféricos	(878.169)	-	164.849	(713.320)
Tratores - Pró Estrada	(17.489.743)	-	10.334.117	(7.155.626)
Benfeiitorias em imóveis próprios	(1.037.416)	(157.683)		(1.195.099)
Software	(376.012)	(8.571)		(384.583)
Marcas e patentes	(130.762)	-		(130.762)
Total Geral	**(67.098.542)**	**(1.446.884)**	**10.515.257**	**(58.030.168)**

Baixas de ativos: As baixas de ativos referem-se ao leilão realizado, em que foram vendidos máquinas, veículos e itens de informática e telefonia, e ainda, à venda dos equipamentos do Programa Pró-Estrada, extinto em 20 de dezembro de 2016, pelo Decreto nº 62.328/16.

13. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores registrado no valor de R$ 3.744.457 em 2017 (R$1.633.434 em 2016) é composto pelas movimentações anuais de inclusão de notas fiscais de aquisição de produtos e serviços e baixas pelos pagamentos ao longo do exercício. Além das movimentações decorrentes das atividades da Companhia, que tiveram um aumento substancial no 2º semestre de 2017, no exercício corrente houve um ajuste no montante de R$ 1.132.240 decorrente de reconciliação de saldos a pagar não registrados em exercícios anteriores. Este ajuste teve como contrapartida a rubrica "Ajuste de exercícios anteriores" registrada no Patrimônio líquido.

14. OBRIGAÇÕESTRABALHISTAS

	2017	2016
Provisão para férias e encargos	2.325.317	3.447.317
INSS a recolher sobre folha de pagamento	182.776	248.955
IRRF a recolher sobre folha de pagamento	186.817	254.356
FGTS a recolher	160.612	197.541
Contribuição sindical a pagar	1.943	3.469
INSS a recolher s/ receita bruta	357.033	219.495
Pensão alimentícia e anteciapações a pagar	8.155	8.394
	3.222.653	**4.379.527**

O critério para pagamento da folha é o último dia útil do mês. A provisão para encargos de férias dos funcionários foi constituída de acordo com os direitos adquiridos até a data de encerramento do exercício, acrescidos dos encargos previdenciários e sociais. Em 31 dezembro de 2017 a Companhia mantinha em seu quadro 326 colaboradores (403 em 2016).

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2017	2016
ISS a recolher - clientes	3.838.612	3.505.271
COFINS a recolher	238.021	146.329
PIS/PASEP a recolher	51.571	31.704
ISS a recolher - terceiros	11.472	47.331
CSRF a recolher	23.617	156.860
INSS a recolher - terceiros	14.933	48.365
IRRF a recolher - terceiros	1.922	3.401
IPTU a recolher	-	100.512
Provisão para IRPJ	263.736	-
Provisão para CSLL	94.244	-
	4.538.129	**4.039.773**

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2017	2016
Acordos trabalhistas e cíveis a pagar	176.487	2.000
Cauções e valores em garantia	73.189	174.313
Cooperativas a pagar - Cooperceres	61.741	96.083
Adiantamentos de clientes (a)	-	840.580
Outras contas a pagar	3.788	156.093
Parcelamento de impostos a curto prazo	141.378	-
	456.583	**1.269.069**

(a) O saldo de R$ 840.580 apresentado em 2016 na rubrica de adiantamento de clientes referia-se ao recebimento antecipado de venda de ativos em leilão. O reconhecimento da receita ocorreu no exercício de 2017.

17. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS A LONGO PRAZO

A rubrica está constituída desta maneira:

	2017	2016
CPRB	635.421	828.235
PIS	92.425	120.470
COFINS	427.465	557.176
ISS	59.463	-
	1.214.774	**1.505.881**

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais em processos de natureza administrativa, fiscal e trabalhista, em trânsito perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração com base nas informações de seus Assessores Jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e com base em experiências anteriores referentes a jurisprudências nos respectivos tribunais, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

A provisão está assim constituída:

	2017	2016
Ações Cíveis (a)	37.473.805	31.979.744
Ações trabalhistas (b)	4.780.441	3.839.472
	42.254.246	**35.819.216**

(a) Refere-se, substancialmente ao valor das ações de cobrança acumuladas com pedido de indenização por danos materiais, movidas pela Atrium Participações, Consultoria e Adm. Ltda. O valor atualizado desta demanda em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 36.276.263 e representa 96,8% do montante total da provisão para perda de ações cíveis. **(b)** A Companhia possui processos trabalhistas em andamento, cujos temas versam sobre adicionais de periculosidade, insalubridade, horas extras, vínculo empregatício e verbas rescisórias. São provisionados os valores de causas prováveis e em execução. **Perdas Possíveis, não provisionadas no balanço:** A CODASP é parte em ações judiciais envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de sua Assessoria Jurídica, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2017	2016
Ações Cíveis	1.329.134	2.201.470
Ações trabalhistas	4.884.120	4.610.256
	6.213.254	**6.811.726**

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e totalmente integralizado no valor de R$ 107.183.520 está representado por 18.780.945.481.834 ações ordinárias, sem valor nominal. **Ajustes de exercícios anteriores:** Devido à inconsistência do saldo inicial de algumas contas, foram necessários ajustes de exercícios anteriores, conforme segue:

Conta	Natureza
Fornecedores (a)	1.132.240
Imobilizado (b)	1.405.017
Intangível (c)	19.212
Impostos a recuperar (d)	(171.315)
Outras contas a pagar (e)	(10.235)
	2.374.919

(a) Ao conciliar a conta de fornecedores, notou-se a inexistência de provisão para diversos títulos a pagar de exercícios anteriores. **(b)** Foram realizados os seguintes ajustes na conta de imobilizado: (i) Correção de saldo inicial R$ (2.079.217); (ii) Ajuste de baixas R$ (915.375); (iii) Recálculo de depreciação R$ 4.399.609. **(c)** Ajuste de saldo inicial: R$ 13.000; recálculo de amortização: R$ 6.212. **(d)** Foi realizada a conciliação da conta que culminou no ajuste supracitado. **(e)** Correção de saldo inicial da subconta cauções e valores em garantia.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional da Companhia é composta pela prestação de serviços de readequação de estradas rurais. Abaixo é apresentada a composição da receita operacional líquida:

Receita bruta	2017	2016
Melhor Caminho	18.802.616	37.386.276
Terraplanagem	2.356.280	2.114.864
APTA	-	1.954.580
Reflorestamento	1.589.403	1.548.869
SAP	215.498	1.147.554
ITESP	264.850	251.883
Projetos Técnicos	158.091	175.664
Transporte	76.656	-
Treinamento	37.780	-
Outros clientes	399.671	53.567
	23.900.845	**44.633.257**
Tributos	**2017**	**2016**
COFINS	(714.689)	(1.360.175)
ISS	(237.016)	(1.531.668)
INSS sobre faturamento	(1.079.127)	(2.047.368)
PIS/PASEP	(154.889)	(302.644)
IRRF sobre faturamento	(207)	-
CSLL sobre faturamento	(138)	-
	(2.186.066)	**(5.241.855)**
Receita Líquida	**21.714.779**	**39.391.402**

A queda na receita operacional líquida está diretamente relacionada à redução substancial dos recursos orçamentários disponibilizados para o Programa Melhor Caminho. A CODASP é executora oficial do referido Programa, que é vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, e atende a diversos municípios.

21. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2017	2016
Pessoal	(20.271.663)	(21.905.740)
Serviço	(10.245.278)	(20.571.908)
Depreciação	(4.447.136)	(2.674.330)
	(34.964.077)	**(45.151.978)**

A queda nos custos de serviços prestados está diretamente relacionada à redução do Programa Melhor Caminho.

22. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Pessoal administrativo (a)	(14.035.827)	(11.622.020)
Gerais	(8.599.260)	(6.616.267)
Depreciação	(293.610)	(791.173)
Outras despesas operacionais	(316.463)	(1.582.001)
Ganho (perda) na venda de ativo imobilizado	-	-
Provisões (b)	(7.752.535)	(12.704.691)
	(30.997.696)	**(33.316.152)**

(a) O aumento expressivo das despesas com pessoal administrativo está relacionado ao PDV e às demissões motivadas, ações estas relacionadas ao plano de reestruturação da Companhia, que resultou em um aumento com rescisões. **(b)** A composição da rubrica está da seguinte maneira

	2017	2016
Contigência Cível	(5.500.012)	(116.776)
Contingência Trabalhista	(942.848)	(3.033.060)
Perda de investimentos	(57.514)	1.908.561
Consórcios Pró-Estrada	983.198	(9.554.855)
Créditos de liquidez duvidosa	(2.235.359)	-
Precatórios	-	(1.908.561)
	(7.752.535)	**(12.704.691)**

Contingência cível: A variação entre 2016 e 2017 ocorreu em virtude da reclassificação de algumas ações de possível para provável, conforme novos prognósticos de nosso departamento jurídico, e também por conta da atualização do valor da ação movida pela Atrium Participações, Consultoria e Adm. Ltda, descritos na nota explicativa nº16. **Consórcios Pró-Estrada**: No exercício anterior houve constituição de provisão para os saldos a receber do consórcio pró-estrada, cuja expectativa de realização é pouco provável. Neste exercício, parte dos montantes provisionados (R$ 983.198) foram recebidos, ocasionado o estorno parcial da provisão anteriormente constituída. **Créditos de liquidez duvidosa**: Conforme mencionado na nota explicativa n°6 no exercício de 2017 a Companhia revisou a expectativa de realização do contas a receber mantido junto ao INCRA e outros clientes, e decidiu constituir provisão para perdas de referido montante.

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Cerca de 78% (R$ 35.855.241) da rubrica refere-se às subvenções econômicas recebidas do Governo do Estado de São Paulo para custeio, conforme previsto no decreto 62.413/2017. Esta subvenção é utilizada substancialmente para o custeio da folha de pagamento da Companhia, além das despesas correntes de sua operação. O recebimento da subvenção está vinculado à Proposta de Reestruturação da Companhia. Dentre as ações a serem cumpridas, destacamos: • Diversificação dos produtos oferecidos; • Readequação da estrutura organizacional; • Reorganização do quadro de pessoal (PDV e Demissão Motivada); A Companhia implementou essas ações ao longo de 2017, fazendo jus ao reconhecimento desses recursos como receita em seu resultado do exercício.

24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2017	2016
Receitas	718.265	62.537
Despesas	(679.800)	(186.064)
	38.466	**(123.527)**

Conforme demonstrado na nota explicativa n°5 – Aplicações financeiras, houve um aumento significativo na rubrica de aplicações em relação ao ano anterior. Dessa forma, houve um aumento correlato nas receitas financeiras da Companhia

25. IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

A memória de cálculo da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

	2017	2016
Resultado antes do IRPJ e CSLL	1.622.269	(9.177.712)
IRPJ	(1.148.352)	-
CSLL	(422.047)	-
Resultado líquido do exercício	**51.870**	**(9.177.712)**

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Visão geral: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, que se restringem às aplicações financeiras em condições normais de mercado, estando todos estes reconhecidos nas demonstrações financeiras, os quais se destinam a atender as suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito e de taxa de juros. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. **Gerenciamento de risco:** A CODASP restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas de serviços para a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Prefeituras entre outras entidades da administração direta e indireta, as quais apresentam risco reduzido de inadimplência. Para os casos de inadimplência, a Administração mantém provisão que considera suficiente para eventuais perdas na recuperação de seus recebíveis. **Valorização dos instrumentos financeiros**: Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: **a. Caixa e equivalentes de caixa**: O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras (Nota 4). As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado. **b. Empréstimos e financiamentos**: Ocorrendo empréstimos e/ou financiamentos para aquisição de imobilizado, são registrados com base nos juros contratuais de cada operação e são designados pelo valor justo em contrapartida de resultado. **Operações com derivativos**: A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos e não possui quaisquer operações de Swap ou similares.

27. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de encerramento destas demonstrações financeiras, não ocorreram "Eventos subsequentes" significativos, que pudessem ser divulgados ou registrados nas demonstrações financeiras, de acordo com os requisitos do CPC 24 - Eventos Subsequentes.

Alice Guedes Custódio - Contadora
CRC – 1SP269697/O-3

Nátany Alves Boldo - Contadora
CRC – 1SP309554/O-1

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo – CODASP, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício finco em 31 de dezembro de 2017. Com base nos exames efetuados, considerando as práticas contábeis adotadas pela Companhia, as informações prestadas pela Administração, assim como o Parecer da Verdus Auditores Independentes, de 01 de março de 2018, o Conselho de Administração manifesta-se favorável à apresentação dos documentos, afirmando que os mesmos encontram-se em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral dos Acionistas da CODASP.

São Paulo, 12 de março de 2018.

Arnaldo Calil Pereira Jardim
Fernando Nascimento Barbosa
Rubens Naman Rizek Júnior
Gualberto Luiz Nunes Gouveia
Sérgio Murilo Hermógenes da Cruz
Tirso de Salles Meirelles

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Fiscal da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo – CODASP, no uso de suas atribuições legais, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das demais Demonstrações Financeiras e do Parecer da Verdus Auditores Independentes de 1º de março de 2018 (elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que foram analisados pelo Conselho de Administração, deliberando remeter à este colegiado. O Conselho Fiscal, por unanimidade, a vista das verificações realizadas do exercício social, entende que os referidos documentos societários refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da CODASP, razão pela qual opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para apreciação dos Senhores Acionistas da Companhia.

São Paulo, 12 de março de 2018.

EDELCIO DE OLIVEIRA - Membro efetivo
ELIANA GUARNIERI - Membro efetivo
NEIVA APARECIDA DORETTO - Membro efetivo
OMAR CASSIM NETO - Membro efetivo
RAFAEL HAMZE ISSA - Membro efetivo

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO

CNPJ 61.585.220/0001-19

Secretaria de Agricultura e Abastecimento de SP

CODASP

GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Agricultura e Abastecimento

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e administradores da
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO – CODASP
São Paulo - SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO – CODASP** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos assuntos mencionados no parágrafo "Base para opinião com ressalvas" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO – CODASP** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVAS

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Propriedades para Investimentos

Conforme descrito na nota explicativa n°11 – Propriedades para Investimentos, a Companhia procedeu em 31 de dezembro de 2014, baseado em laudos emitidos pela Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS em 2013, à contabilização do valor justo dos seus imóveis não operacionais. Em atendimento ao pronunciamento contábil CPC 28 – Propriedade para Investimentos, os registros contábeis foram realizados nas rubricas "Propriedade para Investimentos", no ativo não circulante, e por contrapartida "Ajuste de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio Líquido, o que resultou em uma mais valia no seu valor contábil. Conforme determina referido pronunciamento, uma vez que a Companhia optou pela contabilização do valor justo das suas Propriedades para Investimentos, os valores devem ser revisados pelo menos anualmente, por ocasião da emissão das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia não realizou tal procedimento, dessa forma, não foi possível concluirmos quanto à razoabilidade e realização do saldo de R$26.549.211, apresentado na rubrica Propriedades para Investimentos no ativo não circulante, bem como seus possíveis reflexos no Patrimônio Líquido, em 31 de dezembro de 2017.

Retificação de exercícios anteriores

Conforme demonstrado na nota explicativa n°19, a Companhia reconheceu na rubrica "Ajustes de exercícios anteriores", no patrimônio líquido, os montantes líquidos de R$2.374.919 e R$14.792.115, referentes aos exercícios de 2017 e 2016, respectivamente. Os ajustes possuem por natureza ativos imobilizado, intangível e impostos, e passivos fornecedores e outras contas a pagar, que possuem por competência exercícios anteriores. O pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, determina que as retificações devem ocorrer em seu correto período de competência, de forma retrospectiva. A Companhia não adotou as premissas estabelecidas pelo referido pronunciamento, dessa forma, a apresentação do Patrimônio Líquido está incorreta nos respectivos valores, apresentados em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

INCERTEZA RELEVANTE RELACIONADA COM A CONTINUIDADE OPERACIONAL

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com o pressuposto de continuidade normal das atividades operacionais. A administração da Companhia vem envidando esforços no sentido da manutenção de suas atividades operacionais incluindo, entre outras as seguintes ações: (i) recebimento de subvenção para custeio; (ii) inclusão como dependente do acionista controlador, que garantiu subvenção mensal no orçamento do Estado para custeio; (iii) esforços para reorganização do quadro de pessoal, incluindo a realização de um PDV – programa de demissão voluntária e também demissões motivadas, com o objetivo de redução mensal da folha de pagamentos; (iv) outros esforços na redução de outros custos operacionais e administrativos. Como resultado dessas medidas, a Companhia está, gradualmente, reestabelecendo sua liquidez e seu equilíbrio operacional, conforme verificado pelo resultado positivo do exercício de 2017 no montante de R$51.870. A continuidade operacional da Companhia fica sujeita à manutenção das medidas anteriormente mencionadas para que seja restabelecido um fluxo de caixa capaz de permitir o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia, bem como a diluição do seu prejuízo acumulado no montante de R$128.675.068 em 2017 (R$126.352.019 em 2016). Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

ÊNFASES

Contas a receber

A Companhia possui o valor de R$ 5.951.980 em 2017 (R$ 5.999.499 em 2016), registrados no ativo não circulante na rubrica Clientes, referente a precatórios a receber junto a algumas prefeituras já transitados em julgado e com ofícios requisitórios. Entretanto, dado a morosidade dos procedimentos de pagamentos de precatórios pelas entidades públicas do país, não há uma previsão de data de recebimento destes montantes.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao ano anterior

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins comparativos, foram por nós examinadas, cujo parecer datado de 15 de março de 2017, continha ressalvas e parágrafos de ênfases semelhantes aos descritos neste relatório, além de parágrafo de ênfase relativo a recebíveis junto ao INCRA, os quais foram integralmente provisionados como perdas neste exercício.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

§ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

§ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

§ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

§ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de março de 2018.

Ricardo José Patine Filho
Sócio Diretor
CRC 1SP252050/O-9

vacc
Verdus | Auditoria | Consultoria | Contabilidade

Verdus Auditores Independentes
CRC 2SP027296/O-2